

Seplan prevê recessão e superávit menor

JIENSE

Brasília, segunda-feira, 10 de julho de 1989 7

SÉRGIO COSTA
Correspondente

Rio — O Brasil vai fechar 1989 com mais problemas do que apenas a disparada das taxas de inflação, pelo o que está se desenhando nos cenários de órgãos do Ministério do Planejamento. A economia vai encerrar o ano com um agravamento da recessão iniciada em 1988, enquanto o País vai assistir à queda de seu superávit na balança comercial de tal forma que lembrará 1980, quando o setor externo ainda não tinha tomado força. Isto vai direto a problemas com reservas para o pagamento dos juros da dívida externa, no caso de faltarem empréstimos.

Os técnicos do Grupo de Acompanhamento Conjuntural, do Instituto de Pesquisas (Inpes), por exemplo, estão projetando um Produto Interno Bruto de -1,1 por cento para 1989, contra os -0,2 por cento de 1988. E isto, diga-se de passagem, ainda com uma pequena aceleração no último trimestre do ano, onde as festas natalinas incentivam setores como o comércio e a indústria. No terceiro trimestre, ou seja, no final de setembro, o PIB estaria com uma taxa de -1,7 por cento, a pior desde a recessão de 1981/1983.

AQUECIMENTO

“Da mesma forma que no ano passado, o PIB não sofreria uma queda mais acentuada devido ao relativo aquecimento dos setores agropecuário e serviços”, confirmam os especialistas do Inpes. A agropecuária, segundo as estimativas, ainda sairia dos -2,3 por cento de 1988 para 2,7 por cento positivos em 1989. Para isto contribuiria um desempenho, de certa forma excepcional, das lavouras, cuja produção subiu 1,1 por cento ano passado, mas que crescerá 4,1 por cento este ano. A produção animal seria também positiva, mas em apenas 0,3 por cento.

Os serviços fechariam 1989 com um crescimento menor que os 2,3 por cento de 1988, mas ainda positivos, em 0,7 por cento. O comércio chegaria a uma queda de 5,7 por cento no terceiro trimestre, mas terminaria dezembro com uma variação de -5,3 por cento no acumulado dos últimos 12 meses, contra os -2,8 por cento de dezembro de 1988. Como se trabalha com um cenário de altas taxas de inflação, as instituições financeiras terminariam apresentando uma das poucas taxas ascendentes do seguimento: 1,1 por cento, contra os 0,3 por cento do ano passado.

Mas o que se pode chamar de “calcanhar de Aquiles” da economia

brasileira é mesmo a indústria, que tem a participação principal dentro do PIB. No ano passado ela voltou a experimentar o gosto amargo da recessão, fechando dezembro com -2,6 por cento. Mas para 1989 as estimativas são muito mais pessimistas: -4,0 por cento, o pior resultado desde a desaceleração geral de 1981 a 1983. Somente a indústria de transformação teria taxa negativa de -5,0 por cento em sua produção.

PESSIMISMO

Isto se deve, é claro, à conjuntura de altas taxas mensais de inflação, seguida por altas taxas de juros — que contribuem tanto para desestimular a contração de empréstimos para investimentos, quanto para incentivar o desvio de recursos da atividade produtiva para a aplicação financeira. O problema é que isto acabaria atingindo também, segundo as previsões do Inpes, a indústria de extração mineral, que contribui para alguns milhões de dólares do superávit comercial brasileiro: sua produção cairia 3,2 por cento em 1989.

Neste setor externo, as análises também são pessimistas. Os técnicos do Inpes citam um atraso no “giro” do câmbio nos primeiros cinco meses do ano. Ou seja, o Plano Verão, e sua desindexação da economia, levaram à suspensão temporária das desvalorizações da moeda brasileira frente ao dólar norte-americano. Isto teve dois efeitos: afetou o desempenho das exportações, já que o ganho em dólares manteve-se inalterado, enquanto os custos de produção cresciam; e estimulou as importações, já que a moeda norte-americana ficou equiparada ao cruzado novo por um bom tempo.

“A nova política cambial, com minidesvalorizações diárias, dificilmente permitira uma recuperação do atraso cambial acumulado até maio”, explicam os técnicos: a razão está a que o câmbio será corrigido com base na inflação oficial, de preços ao consumidor, enquanto os custos dos exportadores sobem no atacado, cujo índice deverá (por

conta de um descongelamento iniciado em maio) superar o IPC nos próximos meses.

SUPERAVIT

O problema central é que a projeção é de que o saldo comercial brasileiro feche 1989 com 17 bilhões e 300 milhões de dólares, ou -9,40 por cento frente ao resultado de 19 bilhões e 90 milhões de dólares em 1988. As exportações cairiam de 33 bilhões e 784 milhões para 33 bilhões e 700 milhões de dólares. Ao mesmo tempo, as importações passariam dos 14 bilhões e 688 milhões para 16 bilhões e 400 milhões de dólares. No final das contas, o País ganharia menos 1 bilhão e 800 milhões de dólares que no ano passado.

Junto com o contexto de desaceleração econômica e queda nos saldos da balança comercial, está a indefinição em nível de dívida externa. Passando pelas questões mais de curto prazo, como o acordo a ser ainda fechado (não se sabe quando) com o Fundo Monetário Internacional, esses especialistas questionam diretamente a eficácia de uma das principais propostas para redução do endividamento externo dos países em pior situação neste sentido: o Plano Brady, do governo norte-americano.

Não se sabe, dizem os economistas, o volume e origem dos recursos destinados ao programa, e o desconto que os bancos credores estariam dispostos a oferecer aos títulos da dívida antiga desses países. Os endividados receberiam uma linha de crédito de organismos internacionais, como o Banco Mundial e o próprio FMI, para comprarem os títulos de suas dívidas. E citam que especialistas consideram que tenha de ser abatido no mínimo um terço da dívida, para que o plano realmente tenha efeito para aliviar o pagamento dos juros.

“No caso brasileiro, embora não estejam previstos empréstimos para a redução da dívida em 1989, o volume máximo de recursos que poderia ser obtido dentro dos atuais critérios seria de 2 bilhões e 400 milhões de dólares, dos quais 1 bilhão 65 milhões de dólares do BIRD (Banco Mundial) e 720 milhões de dólares do FMI”, dizem os especialistas do Inpes. Se o desconto sobre os títulos fosse 22 por cento, esses recursos permitiriam o abatimento de apenas 3 por cento da dívida brasileira.

O abatimento do estoque do débito do Governo Brasileiro no exterior só chegaria a 6 por cento se o desconto chegasse aos 50 por cento. Para um terço da dívida, ficaria bem mais difícil.

PIB, em %

	1988	1989
Agropecuária	0,3	2,7
Indústria	-2,6	-4,0
Serviços	2,3	0,7
PIB Total	-0,2	-1,1

Fonte: Inpes